

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
INFANTIL E ANOS INICIAIS**

**ALUNOS CADEIRANTES: EXPERIÊNCIAS  
DOCENTES EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**MONOGRAFIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Márcia Denise Ribeiro Paz**

**Santa Maria, RS, 2015**

**ALUNOS CADEIRANTES: EXPERIÊNCIAS  
DOCENTES EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Márcia Denise Ribeiro Paz**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física e Desporto Curso de Pós Graduação a Distância Especialização em Educação Física Infantil e Anos Iniciais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Física Infantil e Anos Iniciais**

**Orientador: Professor Gustavo de Oliveira Duarte**

**Santa Maria, RS, 2015.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E ANOS INICIAS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia em Especialização**

**ALUNOS CADEIRANTES: EXPERIÊNCIAS  
DOCENTES EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Márcia Denise Ribeiro Paz**

**Como requisito parcial para obtenção do grau  
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
INFANTIL E ANOS INICIAIS**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Duarte**  
(orientador)

**Márcia Gonzáles Feijó**

**Lívia Fernanda Almeida Gulart Duarte**

**SANTA MARIA, 28 DE FEVEREIRO DE 2015.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter me permitido investir nessa caminhada.

Aos meus familiares e amigos pelo grande apoio e incentivos durante essa jornada.

Às amigas de curso. Em especial, a Andriele Freitas E Larissa Freitas companheiras de estrada nos encontros presenciais.

A todos os professores que durante o curso deixaram exemplo de dedicação.

Às escolas que me receberam com carinho.

Agradeço de coração aos professores que me receberam para que minha pesquisa fosse realizada.

Agradeço ao meu mentor espiritual Chico Xavier que me ilumina através de suas escritas.

Aos tutores e coordenadores do Pólo de Santa Maria que fizeram parte nessa minha caminhada.

E agradeço com muito carinho meu Orientador Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Duarte por toda dedicação e carinho.

"Crescer como Profissional significa ir localizando- se no tempo e nas circunstâncias em que vivemos, para chegarmos a ser um ser verdadeiramente capaz de criar e transformar a realidade em conjunto com os nossos semelhantes para o alcance de nossos objetivos como profissionais da Educação”.

Paulo Freire

## **RESUMO:**

O presente estudo objetivou compreender como professores de Educação Física no Ensino Fundamental trabalham com alunos cadeirantes em suas aulas na rede pública e se os mesmos se sentem capacitados para lidar com o processo de inclusão em suas aulas.

Para coleta de dados foi utilizado como instrumento um questionário elaborado para este estudo composto de cinco perguntas abertas. A amostra foi composta de cinco professores das Escolas públicas Estaduais e Municipais da cidade de Caçapava do Sul que atuam ou já atuaram com alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física. Na análise dos dados ficou comprovada a falta de preparação dos professores, das péssimas condições físicas e materiais inapropriados para que possam desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos com necessidades educacionais Especiais (NEE), também ficou evidente a falta de políticas públicas para sanar essas dificuldades em relação à inclusão na escola. O presente estudo destacou, através das respostas dos professores, a necessidade de capacitação profissional no início do curso de Educação Física e de professores apoiadores durante suas aulas. Conclui-se que os professores de Educação Física busquem maior qualificação para trabalhar com alunos NEE, pois a inclusão é uma realidade nas escolas e infelizmente o professor ainda, não encontra o suporte necessário para enfrentá-la sendo que o processo da inclusão não se restringe somente à responsabilidade do professor e, sim, a todo o Sistema Educacional.

**Palavras-chave:** Educação Física adaptada, inclusão, cadeirante.

## **ABSTRACT:**

This study aimed to understand how physical education teachers in elementary school working with students in their classes' wheelchair in public and whether they feel empowered to deal with the process of inclusion in their classes.

For data collection was used as an instrument a questionnaire for this study consists of five open questions. The sample was composed of five teachers from state and municipal public schools of the city of South Caçapava who work or have worked with students Chair in Physical Education. In the data analysis was proven the lack of preparation of teachers, poor physical conditions and material inappropriate for them to develop the process of teaching and learning of their students with special educational needs (NEE), was also evident lack of public policies to resolve these problems in relation to the inclusion in school. This study highlighted by the responses of teachers, the need for professional training at the beginning of the course of Physical Education and supporters teachers during their classes. We conclude that the physical education teachers seek higher qualification to work with NEE pupils, inclusiveness is a reality in schools and unfortunately the teacher still does not find the necessary support to face it with the inclusion process is not restricted only the responsibility of the teacher and, yes, the whole Educational System.

**Keywords:** Adapted physical education, Inclusion, Wheelchair.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2.OBJETIVOGERAL</b> .....	11
2.1    Objetivos Específicos.....	11
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO:</b> .....	11
3.1.    O Paradigma da Inclusão.....	11
3.2.    A Inclusão na Educação Física.....	16
3.3.    A Educação Física Adaptada para Cadeirantes.....	17
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	20
4.1.    Contextualizações do Local.....	20
4.2.    Instrumentos da Pesquisa.....	20
4.3.    População e Amostra.....	21
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	21
<b>6. RESULTADOS</b> .....	26
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</b> .....	30
<b>9. APÊNDICE</b> .....	32
9.1. Questionário.....	33

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos com necessidades especiais, nas escolas regulares de ensino é exigida por lei, a Constituição da República (1988) Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um" Em 1994 foi feita a declaração de Salamanca que não tem o efeito de uma lei, que ressalta que as escolas devem adaptar-se para acomodar todas as crianças, deficientes ou não.

Na escola inclusiva é essencial o aprendizado de forma que abranja todas as crianças e traga entrosamento entre deficientes e os demais alunos construindo assim uma educação inclusiva (Espanha, 1994). Em 2000 foram criadas as LEIS Nº10.048 E Nº 10.098 a primeira garante atendimento prioritário de pessoas com deficiência nos locais públicos. A segunda estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não de massa.

Decreto-lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro de 2008, o presente decreto-lei define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores públicos, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Um dos marcos legais importante a ser destacado, é a Declaração Mundial de Educação para Todos, de Jomtien, na Tailândia, em 1990, em que “o Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo” (BRASIL, 2001, p.14).

A educação especial tem por objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida pós-escolar ou profissional.

A Educação Inclusiva necessita de professores habilitados, que proporcionem um ensino adequado às necessidades educativas dos alunos (O'Donoghue & Chalmers, 2000, citados por Melro & César, 2010:11).

Sabendo-se que o papel do professor é importante na formação do aluno e também no aluno com deficiência se faz necessário que ele esteja qualificado para ter condições de desenvolver um ensino também voltado para os alunos especiais.

A Educação Física adaptada enfatiza a normalidade da diversidade, das diferenças e salienta a adaptação de atividades fundamentais no desenvolvimento da criança num todo. Uma educação eficaz de crianças com necessidades especiais não é obrigação somente da escola, mas da família, sociedade, política, todos trabalhando em conjunto para se obter uma educação inclusiva de qualidade (Declaração de Salamanca Espanha, 1994).

Nós professores ao planejarmos nossas aulas podemos fazer alterações necessárias para que os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e sintam realmente incluídos nas aulas, sabemos que a Educação Física tem condições específicas de local e materiais e por isso a pesquisa para saber se realmente o aluno NEE está incluída em todas as atividades propostas durante as aulas e se sua escola está realmente adaptada para receber os alunos numa verdadeira inclusão.

O professor de Educação Física Adaptada deve estar preparado e motivado para desenvolver conteúdos estimulantes e criativos, adaptando-se aos diferentes níveis de aprendizagem e limitações de seus alunos. Dessa forma garantindo a oportunidade de educação a todos estes alunos com necessidades especiais. Dessa forma o professor contribuirá para o pleno desenvolvimento de seus alunos.

A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física escolar é um desafio a ser vencido pela escola e sociedade, uma vez que objetiva a educação para todos, além de estimular a convivência com as crianças. O conceito de educação inclusiva se dá por alguns aspectos como, compartilhar o mesmo espaço físico, integração na sociedade, adaptações no ensino, participação de todos nas aulas e o direito a educação (SANT'ANA, 2005 pg 277).

O presente estudo tem como objetivos principais compreender como professores de educação física no ensino fundamental trabalham com alunos cadeirantes em suas aulas, sendo que a inclusão promove a integração, socialização e o respeito às diferenças, verificar como se dá o processo de ensino de alunos cadeirantes nas aulas de educação física no ensino

fundamental e identificar as possíveis adaptações didático-metodológicas planejadas para que os alunos cadeirantes possam participar das aulas de educação física. Eles estão verdadeiramente incluídos em todas as áreas do saber, Sabe-se que a inclusão é uma forma de proporcionar o desenvolvimento e iguais oportunidades a todos e a segurando o respeito a todas as adversidades humanas. Para que essa inclusão realmente aconteça precisamos de professores com formação e qualificação que atenda as necessidades dos alunos, pois os mesmos necessitam de uma atenção especial, por isso é muito importantes para seu crescimento, desenvolvimento e aprendizagem que tenha ao seu lado um profissional qualificado.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Investigar como professores de educação física no ensino fundamental trabalham com alunos cadeirantes.

### **2.1 Objetivos específicos**

Verificar como se da o processo de ensino de alunos cadeirantes nas aulas de educação física no ensino fundamental.

Identificar as possíveis adaptações didático-metodológicas planejadas para que os alunos cadeirantes possam participar das aulas de educação física

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO:**

### **3.1 O Paradigma da Inclusão**

A Inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50. A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (Sasaki, 1997 pg. 20).

Segundo Rosa o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidas para todos os alunos resultarão naturalmente na inclusão escolar dos portadores de deficiência. Em consequência, a educação especial adquire uma nova significação. Torna-se uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos – o dos portadores de deficiência – mas uma modalidade de ensino especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatíveis com ideais democráticos de uma educação para todos.

Esse ideal de Educação ainda está longe de acontecer em decorrência da falta de capacitação dos professores.

Gomes e Barbosa (2006) apontam o temor de professores para lidar com esta clientela, resultado também obtido na presente pesquisa. Segundo eles, a falta de uma formação específica resulta em sensações de incapacidade no profissional que lida com essas crianças.

Para Marina Almeida (2004) os sentimentos de insegurança e ansiedade têm origem no medo do desconhecido, geralmente o pensamento é preenchido por idéias, fantasias, expectativas frente à situação nova que deverá ser enfrentada, situação esta sentida como ameaçadora e perigosa. Os pais, os educando, os educadores e pessoas em geral costumam sentir isto em situações que requerem novas adaptações e modificações da forma de pensar sobre a questão ou fato. Quanto mais seguro e calmo o educador estiver frente a qualquer que seja a situação, a ansiedade dos pais, do educando se dissolverá com facilidade. Para isso o educador deve se sentir respaldado, informado e sensível, evitando posturas radicais, imposições, descasos, resistências.

O movimento de incluir alunos com deficiência física tem sido cada vez maior e, aos poucos, o sistema educacional está se adequando.

O assunto inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular é difícil para professores e para a comunidade. O aspecto da universalização e uniformização pedagógica tem impossibilitado o trabalho do professor no contexto individual e o convívio com as diferenças. A criança com necessidade especial é vista com mais atenção e cuidado, o que, começando pela família pode diferenciar das outras crianças (FALKENBACH et. al., 2007 pg 37).

Lembre-se de que todas as pessoas com deficiência têm direito a honestidade em relação a si mesma, a você e a sua condição. Ser desonesto com elas é o pior serviço que alguém pode lhes prestar. A honestidade constitui a única base sólida sobre a qual qualquer tipo de crescimento pode ocorrer. E, acima de tudo, lembre-se de que elas necessitam do que há de melhor em você. A fim de que possam ser elas mesmas e que possam crescer, libertar-se, aprender, modificar-se, desenvolver-se e experimentar, você deve ter essas capacidades. Você só pode ensinar aquilo que sabe. Se você é aberto ao crescimento, ao aprendizado, às mudanças, ao desenvolvimento e às novas experiências, permitirá que elas também o sejam. (LeoBuscaglia 5º Ed.2006.p 188)

Foi a partir da constituição de 1988 que ocorreram mudanças significativas no tratamento do deficiente, oportunizando assim um atendimento educacional na rede regular de ensino.

O artigo 205 da Constituição Federal preceitua que “A educação, direito”. “de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O inciso I do artigo 206 garante “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

O inciso III do artigo 208 especifica que “o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. É em consonância com essa discussão, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) número 9.394 de 1996 destina o seu título V à Educação Especial, especificando em seu artigo 58 que:

Artigo 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Nesse sentido, o capítulo destina o artigo 59 para sistematizar e direcionar a Educação Especial.

Artigo 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e avaliação para concluir em menos tempo o programa escolar para os superdotados.

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Os materiais publicados pela UNESCO adotam adversidade humana como elemento integrante do currículo e propõem estratégias inclusivas de diferenciação curricular que ajudam os professores a conhecer cada aluno individualmente. Conhecer suas necessidades, habilidades, interesses, experiências passadas, mapear a sala de aula e identificar necessidades de aprendizagem específicas de cada aluno e estilos de aprendizagem (diversidade); planejar as aulas utilizando didática que responde às diferenças de estilos de aprendizagem de seus alunos, e capacitar o docente para promover a participação de todos os alunos nas atividades de sala de aula. (Windyz B. Ferreira, Adapta, A revista profissional da Sobama. 2005. Ano I pg. 5)

Segundo Duarte e Santos (2003 pg. 93), Se não houver informação e um processo educativo eficaz, onde as atitudes relacionadas ao preconceito sejam dissipadas fica difícil visualizar o processo de inclusão. Ele passa, antes de qualquer coisa, por mudanças de atitudes, que não são determinadas por decretos ou leis, mas sim por um processo de conscientização e aceitação das diferenças.

A Escola Inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um nos permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (Ainscow, 1999; Bénard da Costa, 1996; César, 2000c; Mittler, 2000, citados por Rodrigues, 2003 pg.67).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, deficiência é toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica tendo com isso dificuldades de locomoção, percepção, pensamento ou relação social. Segundo Carneiro (1998), as deficiências classificam-se em: Portadores de Deficiência Auditivos, Visuais (sensorial), Mental, Física, Múltipla; Portadores de Condutas Típicas (comportamentos típicos de

portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos com repercussão sobre o desenvolvimento e comprometimento no relacionamento social);

A pessoa com deficiência geralmente precisa de atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, como fisioterapia ou estimulação motora, seja para que possa aprender a lidar com a deficiência e a desenvolver as potencialidades. A Educação especial tem sido uma das áreas que tem desenvolvido estudos científicos para melhor atender estas pessoas, no entanto, o que inclui pessoas com deficiência além das necessidades comportamentais, emocionais ou sociais. Desde a Declaração de Salamanca, surgiu o termo necessidades educativas especiais, que veio a substituir o termo criança especial, anteriormente utilizado em educação para designar a criança com deficiência, porém este novo termo não se refere apenas à pessoa com deficiência, pois engloba toda e qualquer necessidade considerada atípica e que demande algum tipo de abordagem específica por parte das instituições, seja de ordem comportamental, seja social, física, emocional ou familiar.

De acordo com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, deficiência física é : "alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções".

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteo articular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso.

As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. (BRASIL, 2006, p. 28)

O cadeirante é a Pessoa que sofre a ausência da sensibilidade das pernas, ou então, da amputação das mesmas, por conta de algum problema físico ou mental, se tornando dependente da cadeira de rodas para se locomover.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Promove, especificamente, a acessibilidade dos deficientes físicos, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Atinge o âmago da temática proposta no trabalho, devendo ser observada na íntegra.

### 3.2 A Inclusão na Educação Física

De acordo com Venturini et. al. (2010 pg. 1-12) a Educação Física contribui para o desenvolvimento do afetivo, social, e intelectual de alunos cadeirantes, pois o incentivo à inclusão torna a autoestima e a autoconfiança mais evidente e assim não há desigualdade. A adequação correta da Educação Física para alunos cadeirantes evidencia a compreensão de limitações e capacidades, estimulando o desempenho do aluno. É essencial que o professor conheça seu aluno e sua necessidade educacional especial, se houver, pois atualmente esta disciplina não trabalha apenas com alunos ditos normais, mas também frisa a importância da prática inclusiva de alunos especiais em suas aulas.

Para Rodrigues (2003 pg.67), a Educação Física, apesar de suas possibilidades, pode se tornar um obstáculo adicional para que a escola seja mais inclusiva, o mesmo afirma que aparentemente a Educação Física seria uma área curricular, mais facilmente inclusiva devido a flexibilidade dos seus conteúdos, no entanto, as constatações sobre a efetiva contribuição da Educação Física para a inclusão de alunos com NEE, quando analisadas detalhadamente, são mais problemáticas, e dentre as diversas razões estão as convicções mais ou menos positivas dos professores quanto a inclusão de alunos com NEE.

De acordo com Sarabia (1992, citado por Bolívar et al, 2000: 25), podemos deduzir que diferentes pessoas podem ter atitudes diferentes face a um mesmo objeto, mas esta diversidade de posicionamentos não deverá ser encarada como uma característica estável.

As atitudes não nascem num vácuo social, mas pelo contrário, são fruto da interação social, de processos de comparação, identificação e diferenciação sociais que nos permitem situar a nossa posição face à de outro num determinado momento do tempo (Vala e Monteiro, 1997: 169-170).

Incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. Assim, a inclusão social da pessoa com deficiência significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade e pelo Estado, pelo poder público (SANTOS, 2011 pg.10).

De acordo com Correa Junior, Panda e Peranzoni (2012 pg.9), a inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com deficiência possa alcançar seu desenvolvimento e exercer a cidadania, este é um processo com transformações nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas para promover uma sociedade de aceitação e valorização das diferenças, onde se aprende a conviver dentro da diversidade humana através da compreensão e da cooperação.

A educação física é de suma importância no desenvolvimento dos alunos, principalmente naqueles com deficiência, nos aspectos motor, intelectual, social e afetivo.

### **3.3 A Educação Física Adaptada para Cadeirantes**

As pessoas com deficiências sempre foram excluídas fisicamente, moralmente e também na sua vida social. Mas hoje principalmente com o apoio da medicina, a inclusão e a mudança na forma de pensar das pessoas, vem sendo ampliado e proporcionado várias opções e adaptações com exercícios regulares adaptados para os cadeirantes.

As questões que envolvem as pessoas com deficiência no Brasil – por exemplo, mecanismos de exclusão, políticas de assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras – foram construídas culturalmente. Assim sendo, é importante termos em mente que questões culturais demoram a ser revertidas, mas este é o movimento que tem sido priorizado pelas pessoas com deficiência nas últimas décadas. (FIGUEIRA, 2008, Pg. 17)

Segundo Cidade e Freitas (2002, p. 27) “A Educação Física Adaptada, surgiu oficialmente nos cursos de Graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o aluno cadeirante e outras necessidades especiais”.

Referente à educação física adaptada é necessário um trabalho sem que haja desigualdades aumentando a autoestima e autoconfiança com atividades educativas de inclusão. A necessidade de educação física nas escolas se dá pelo fato de trabalhar a cultura corporal de movimento, desenvolvendo assim as capacidades físicas dos alunos ao máximo, suprimindo as dificuldades daqueles com deficiência, principalmente física. É importante que todo profissional de educação física tenha conhecimento sobre esse assunto, pois, haverá sempre a possibilidade de encontrar com um deficiente, seja nas escolas, academias, clubes, ou em qualquer outro lugar (STRAPASSON; CARNIEL, 2007 pg. 8).

“A Educação Física Adaptada para alunos cadeirantes não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente” (Cidade e Freitas 2002, p. 27)

A função da educação física seria de formar cidadãos e não atletas de auto rendimento, tendo visto que seus objetivos no ensino regular são de que os alunos sejam capazes de executar as atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas, construtivas e

cooperativas com os outros respeitando características físicas, o desempenho e limites de si próprio e dos outros sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais. (BRASIL, 1998 apud BÚRIGO, 2012 pg.16).

Segundo ONU/UNESCO (1992 pg.48), o reconhecimento das diversas necessidades dos alunos, talvez seja o modo mais eficaz para a construção de solidariedade entre crianças com necessidades especiais e seus colegas, devendo aprender juntas sempre que possível independente das dificuldades ou diferenças que possam ter.

As possibilidades de relações afetivas positivas se constituem pelo respeito às diferenças que muitas vezes são vistas como fator de valorização ou descrédito no início de uma interação. (Rodrigues et. al., 2004 pg.67).

A aula de Educação Física deve favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do portador de necessidades especiais e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito, aceitação e sem preconceitos.

As adaptações das atividades podem ser importantes para que cadeirante e não cadeirantes na construção do processo de interação em classe regular, estimulando as mais diversas possibilidades que favoreçam a inclusão. (Brasil, 1998 pg. 48).

Para Sasaki (1997, p. 41) inclusão é: Um processo pelo qual a sociedade adapta-se para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

(...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (Sasaki 1997.p41)

O PNEE como indivíduo inserido no ambiente escolar, deve ter suas necessidades específicas atendidas de modo a facilitar sua interação nas atividades de Educação Física. Ao aluno com NEE deve ser oportunizadas alternativas que realmente o insira nas práticas de Educação Física, proporcionando a esse aluno liberdade de expressão considerando sempre suas dificuldades e limitações.

As barreiras físicas, a inadequação dos meios e a ausência de políticas são elementos que dificultam no cotidiano a inserção das pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino. Segundo Goffredo, (2004 pg. 118)

(...) torna-se necessária uma reflexão coletiva dos professores sobre a adaptação do currículo às necessidades desses alunos, bem como, a adaptação das Instituições para oferecer uma estrutura, tanto física quanto pedagógica, (como prevê a lei supracitada), mais adequada para que estes alunos possam ser acolhidos, ter suas necessidades específicas atendidas, e sentirem-se efetivamente sujeitos participantes do processo educacional. (Goffredo, 2004 pg.118).

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno cadeirante, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (Cidade e Freitas, 1997 pg.27).

O trabalho com crianças deficientes e com necessidades especiais nas instituições de Educação Infantil envolve o enfrentamento de muitos desafios por parte dos profissionais envolvidos nessa tarefa, “desde a mudança de concepção e de postura perante esse sujeito até a própria capacitação para trabalhar com elas”. (VEIGA, 2008, p. 177).

Cabe ressaltar, que em uma instituição que desenvolva uma proposta inclusiva,

“a Educação Infantil deve, ainda, respeitar o princípio da Educação para Todos, que é o de educar, sem distinção, todas as crianças, garantindo-lhes uma educação de qualidade, que atenda suas necessidades e especificidades. Isso pressupõe fazer modificações na estrutura organizacional e na proposta pedagógica da instituição, além de requerer um investimento nos recursos humanos, buscando eliminar preconceitos e barreiras, conscientizar pais, alunos e professores e investir na formação de profissionais da educação”. (VEIGA, 2008, p. 178-179)

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca 1994).

## **4. METODOLOGIA**

Este estudo foi realizado a partir de uma dimensão qualitativa, de análise descritiva de um fenômeno, a partir de um trabalho de campo, onde foram coletados dados através de um questionário de questões abertas, a professores que atuam em escolas.

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, a forma mais comum é o levantamento realizado através de um questionário ou observação sistemática que oferecem uma descrição da situação no momento da pesquisa. Metodologia indicada para orientar a forma de coletas de dados quando se pretende descrever determinados acontecimentos (GIL, 1996 pg. 19).

### **4.1 Contextualizações do Local**

O campo de investigação desta pesquisa foi delimitado em duas escolas municipais e uma estadual na cidade de Caçapava do sul, sendo que a escola Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro (I.E.E.D.R.) está localizada no centro da cidade, estão matriculados mil e duzentos alunos, nesta escola temos o ensino fundamental, o ensino médio e alguns cursos técnicos e estão incluídos dois alunos cadeirantes. As demais escolas municipais Inocência Prates Chaves e Patrício Dias Ferreira se localizam na periferia em locais distintos.

A Escola Municipal Inocência Prates Chaves fica localizada no Bairro Figueira distante dois quilômetros do centro da cidade, estão matriculados em torno de quatrocentos alunos incluindo um aluno cadeirante, onde mantém o ensino fundamental completo. A Escola Patrício Dias Ferreira se localiza na RS-357, estão matriculados cento e setenta e cinco alunos, incluindo um aluno cadeirante sendo que o ensino é o fundamental completo.

### **4.2 Instrumentos da Pesquisa**

O instrumento da pesquisa foi um questionário elaborado especificamente para este estudo, composto de cinco questões abertas de forma descritiva e qualitativa.

Questionário pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (Gil, 1996 pg.19).

O questionário contou com perguntas acerca dos desafios encontrados pelos professores de Educação Física frente à inclusão de alunos cadeirantes em suas aulas.

O modelo do questionário segue em apêndice.

### **4.3 População e Amostra**

Os participantes da pesquisa de campo foram cinco professores que trabalham ou já trabalharam com crianças Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE).

Sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino e atuam a mais de dez anos na área, os professores foram escolhidos por terem experiências com alunos cadeirantes. Todos os professores possuem pós-graduação, mas nem um curso que os preparasse para trabalhar com alunos cadeirantes em suas aulas.

O questionário foi aplicado com cinco professores, sendo que dois do Instituto de Educação Estadual Dinarte Ribeiro onde estudam dois alunos cadeirantes e os demais das escolas municipais Inocência Prates Chaves que tem um aluno cadeirante e Patrício Dias Ferreira que também tem um aluno cadeirante todas as escolas do município de Caçapava do Sul, após receberem o convite para participar da pesquisa e aceitação da mesma, foram explicados a cada um o propósito da pesquisa e assim aplicado o questionário individualmente. Este questionário foi construído a partir de cinco questões abertas elaboradas conforme os objetivos desta pesquisa. A seguir seguem as análises dos dados e informações coletados.

## **5. ANÁLISE DOS DADOS**

Os dados foram coletados através de questionários elaborados exclusivamente para esta pesquisa e aplicados para cinco professores de Educação Física que atuam em três escolas distintas sendo uma Estadual e duas Municipais, em Caçapava do Sul. A análise de dados foi realizada de forma descritiva e reflexiva e segue logo abaixo.

Os professores investigados responderam cinco perguntas, conforme apêndice que estão relacionadas com suas práticas pedagógicas em relação aos seus alunos cadeirantes. Os professores que participaram da pesquisa são todos formados em Educação Física

O 1º professor está atuando na docência há 19 anos e atuou em quatro escolas e neste tempo de atuação teve dois cadeirantes em suas aulas, o 2º está atuando como docente há 20 anos e neste período trabalhou em sete escolas e com dois alunos cadeirantes, o 3º professor

esta no exercício de sua docência há 10 anos e já trabalhou em seis escolas e durante este período trabalhou com um aluno cadeirante, os três professores atuam nas escolas municipais, o 1º e o 2º trabalham na Escola Municipal Inocêncio Prates Chaves e o 3º na Escola Municipal Patrício Dias Ferreira.

O 4º professor esta atuando há 16 anos e trabalhou em cinco escolas e teve neste tempo de atuação um aluno cadeirante, o 5º professor esta exercendo a docência há 10 anos e nesse período trabalhou em cinco escolas e com dois alunos cadeirantes ambos são professores do I.E.E Dinarte Ribeiro.

Todos possuem pós-graduação na sua área, mas todos manifestaram que não tiveram nenhuma preparação para trabalhar com alunos NEE.

As aulas de educação física devem ser organizadas de forma que os cadeirantes se sintam bem recebidos, o professor tem toda uma preparação antes, pois existem especializações hoje em dia, onde o professor pode se aprimorar cada vez mais, lembrando também que a própria escola pode receber palestrantes e cursos para poder receber bem um aluno cadeirante e saber lidar com qualquer tipo de situação que aparecer com o decorrer do tempo (LIMA, 2010 pg.40).

Segundo Rabelo (1999 pg.20), Hoje o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Analisando as questões norteadoras do instrumento de coleta de dados foi possível constatar que dos cinco professores investigados quatro acreditam sim ser possível à inclusão de alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física, três afirmam que desenvolveriam um trabalho mais adequado e de maior qualidade com este aluno se fosse possível à presença de um professor apoiador durante suas aulas e um deles afirma que se a turma colaborar consegue desenvolver suas atividades a contento, apenas um professor afirma que não consegue desenvolver suas aulas e realmente incluir este aluno cadeirante, pois além de não ter apoiador, as turmas possuem muito alunos, não permitindo que se desenvolva um trabalho realmente produtivo tanto para seu aluno NEE, quanto aos demais alunos da turma.

Aguiar e Duarte (2005 pg. 223) expõem que culturalmente a formação pedagógica do professor de Educação Física vem sendo colocada em plano secundário, privilegiando o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, que tem por prioridade o desempenho físico, técnico e o corpo enquanto objeto de consumo em detrimento das disciplinas pedagógicas. Os mesmos autores consideram que há múltiplos aspectos a serem considerados

para a implantação de uma escola inclusiva, dentre os quais o oferecimento de cursos de atualização para capacitação de docentes; a existência de um corpo técnico especializado; apoio da família do aluno com NEE; o número de alunos na classe; a eliminação de barreiras arquitetônicas; a adequação de currículos, metodologias de ensino, recursos didáticos e materiais e os sistemas de avaliação.

A seguinte questão é em relação ao desenvolvimento do seu planejamento para suas aulas com alunos cadeirantes. Dois professores afirmaram encontrar dificuldades em planejar suas aulas, outros dois apontaram que não fazem planejamento diferenciado e procuram adaptar no momento da atividade para que o aluno cadeirante possa participar e um professor afirmou que traz de casa um planejamento adaptado para este aluno cadeirante.

Cidade e Freitas (1997 pg. 27) defendem que o professor deve ter conhecimentos sobre seus alunos no que se refere à individualidade e limitações, como o tipo de deficiência, a causa, as restrições clínicas, e outros que seja essencial saber. A informação sobre os alunos que compõem a classe tanto especial ou regular é fundamental para que o professor possa planejar suas aulas de acordo com as características da turma, e para que não haja nenhuma situação desagradável para o aluno, para os colegas, e para a família.

Na terceira questão foi perguntado quais desafios e dificuldades são encontrados no ensino de Educação Física para alunos cadeirantes, todos afirmaram que encontram dificuldades, principalmente nas adaptações que são realizadas nas atividades e em relação à turma, pois além de adaptar tem que ser desenvolvido um trabalho sobre diversidades e respeito com o próximo, mas o maior desafio citado pelos cinco professores foi em relação a ele próprio se adaptar e se sentir preparado para trabalhar com aluno cadeirante.

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores: “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002. pág. 40).

A quarta questão perguntou se os professores se sentem preparados para trabalhar com alunos cadeirantes, sendo que dos cinco professores, todos destacaram que não estão preparados e sentem falta de mais cursos na área de Educação Física que os prepare para trabalhar com alunos NEE. Um dos professores vai além e afirmou que nenhuma área da Educação está realmente preparada para receber alunos NEE.

Mittler (2003 pg.16) acredita que ainda há poucas oportunidades de capacitação. Elas são fundamentais, pois não servem apenas para influenciar os sentimentos dos professores em

relação à educação inclusiva, mas também para que os educadores possam refletir as propostas de mudanças que podem mexer com seus valores e crenças e até transformar a sua prática profissional.

Essa falta de capacitação se dá porque no Brasil, de acordo com Siems (2010 pg.194), a preocupação com a formação dos professores voltada para a educação inclusiva é muito recente. De acordo com a autora, é necessário mais investimentos nos processos de formação para reconstruir as práticas educacionais, reorientando, assim, os processos exercidos na Formação de Professores.

O último questionamento foi em relação à escola estar preparada para receber e atender as necessidades dos alunos cadeirantes. Dois professores afirmaram que sua escola está tentando se adequar para receber alunos cadeirantes, mas que ainda falta muito para se caracterizar, realmente, como uma escola inclusiva. Um professor destacou que sua escola não está preparada, pois possui dois andares e o aluno cadeirante só pode ter acesso ao primeiro andar, e que o pátio é um local inacessível para este aluno, uma vez que se encontra cheio de desníveis e o piso de cascalho, e também afirma que a além de não ter estrutura, falta um professor que dê apoio tanto nas aulas de Educação Física como nas outras áreas educacionais da escola. Dois professores dizem que sua escola nos últimos anos realizou várias obras visando à acessibilidade ao aluno cadeirante, além de adaptação do mobiliário, mas que ainda precisa melhorar em diversos aspectos no que diz respeito ao aluno cadeirante.

Todos os cinco professores afirmaram que suas escolas ainda não estão realmente adequadas para atender as necessidades dos seus alunos incluídos, acreditam que a escola precisa passar por uma reorganização.

Para uma efetiva inclusão na educação, faz-se necessária uma profunda reorganização escolar, que vai muito além de aceitar crianças deficientes na escola ou até mesmo realizar adaptações físicas ou curriculares de pequeno porte que se restrinjam à sala de aula, sem, contudo, contribuir para que haja uma real transformação da dinâmica dos processos pedagógicos, nem da qualidade das relações estabelecidas na instituição escolar. (SAMPAIO E SAMPAIO, 2009, p. 44)

A autora destaca que para a inclusão escolar acontecer não é só a adequação do espaço físico da escola que deve ter transformações, mas um processo amplo de mudanças de comportamento e atitudes de toda comunidade escolar. Dentre outras medidas a reorganização requer a redução do número de alunos por turma, nova infraestrutura e a construção de novas dinâmicas educativas.

Esse estudo em relação à inclusão de cadeirante na Educação Física, me possibilitou conhecer a realidade de outras escolas, pois como professora de séries iniciais atuando em

duas escolas uma escola Estadual e outra Municipal e também trabalho com alunos incluídos, e tenho um aluno cadeirante, e percebo que este processo de transformação no sistema educacional frente essa nova realidade da inclusão ainda caminha a passos lentos.

No ano de 2014 foi a primeira vez que trabalhei com aluno cadeirante, passei pelo medo e ansiedade, mas no fim foi uma experiência maravilhosa, e nas minhas aulas todos tivemos que passar por algumas adaptações, a turma toda já vinha junto desde a pré-escola então já estavam bem adaptados com o colega incluído, só quem não estava preparada a essa realidade na verdade era eu.

Só podemos cultivar a inclusão numa experiência inclusiva. Só podemos cultivar uma prática pedagógica inclusiva e para todos se assim for vivenciado, mas, para vivenciar, precisamos buscar ou refletir sobre nossas ações, sobre nossas experiências. Cada um de nós é responsável por compreender as regras ou princípios que conduzem sua forma de pensar. "A rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é em sua essência, mais um processo do que um destino."(Mittler, 2003, p. 36).

A inclusão está além de aceitar as diferenças, o educador precisa buscar algum referencial que o faça compreender a inclusão que envolve tanto o sentimento do aluno incluído, como também da família frente a esta questão.

Abaixo, seguem as principais passagens dos professores, em relação às questões do instrumento utilizado.

Tabela 1. Respostas dos professores ao responderem o questionário sobre a inclusão de cadeirantes na Educação Física questionário este aplicado aos professores que atuam ou já atuaram com alunos cadeirantes.

Perguntas	Professor A	Professor B	Professor C	Professor D	Professor E
<b>Você acredita que a inclusão de alunos cadeirantes é possível nas aulas de Educação Física?</b>	<b>Sim, desde que nas aulas tenha um apoiador.</b>	<b>Sim, desde que nas aulas tenha um apoiador.</b>	<b>Sim, desde que nas aulas tenha um apoiador.</b>	<b>Sim, desde que tenha a colaboração da turma.</b>	<b>Não, falta apoiador e as turmas muito grandes.</b>
<b>Como é seu planejamento das aulas de Educação Física com alunos cadeirantes?</b>	<b>Encontra dificuldade em planejar suas aulas.</b>	<b>Encontra dificuldade em planejar suas aulas.</b>	<b>Usa o mesmo planejamento e faz adaptações</b>	<b>Usa o mesmo planejamento e faz adaptações</b>	<b>Faz o planejamento com as adaptações necessárias.</b>

Você percebe alguma dificuldade ou desafio no ensino da Educação Física com alunos cadeirantes	Sim. Nas adaptações das atividades.	Sim. Nas adaptações das atividades.	Sim. Nas adaptações das atividades	Sim. Nas adaptações das atividades	Sim. Nas adaptações das atividades
Você acredita que os professores de Educação Física estão preparados para trabalhar com alunos NEE?	Sentem falta de mais cursos na área de Educação Física que os prepare para trabalhar com alunos NEE.	Sentem falta de mais cursos na área de Educação Física que os prepare para trabalhar com alunos NEE.	Sentem falta de mais cursos na área de Educação Física que os prepare para trabalhar com alunos NEE.	Sentem falta de mais cursos na área de Educação Física que os prepare para trabalhar com alunos NEE.	Sentem falta de mais cursos na área de Educação Física que os prepare para trabalhar com alunos NEE.
Você acredita que sua escola está preparada para receber e trabalhar com alunos cadeirantes.	Não está preparada.	Está tentando se adaptar, mas está longe do ideal para a inclusão.	Está tentando se adaptar, mas está longe do ideal para a inclusão.	Passou por adaptações para receber aluno cadeirante	Passou por adaptações para receber aluno cadeirante

## 6. RESULTADOS

Figura 1

Você acredita que a inclusão de alunos cadeirantes é possível nas aulas de educação física na escola?

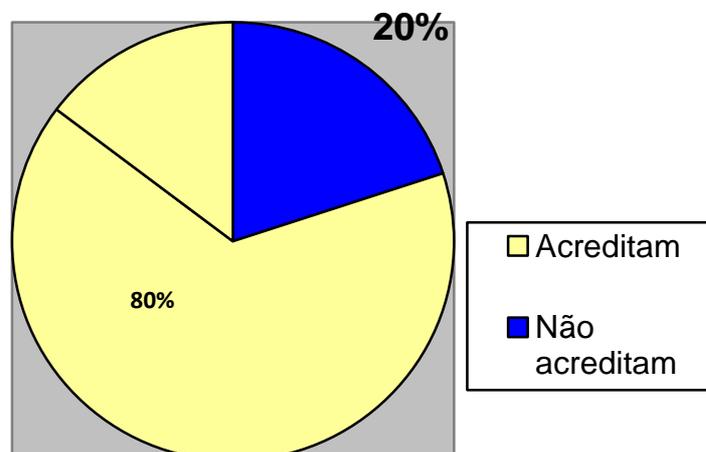


Figura 2

Como é seu planejamento das aulas de educação física com alunos cadeirantes?

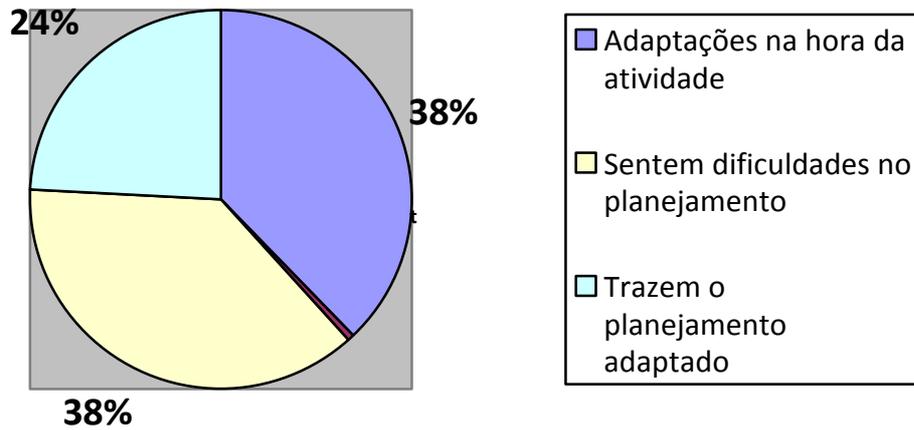


Figura 3

Você percebe alguma(s) dificuldade(s) ou desafio(s) no ensino da educação física com alunos cadeirantes? Qual (is)?

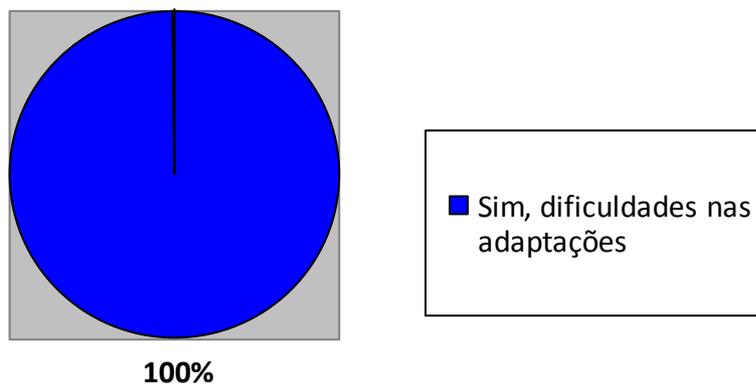


Figura 4

Você acredita que os professores de educação física estão preparados para trabalhar com alunos NEE?

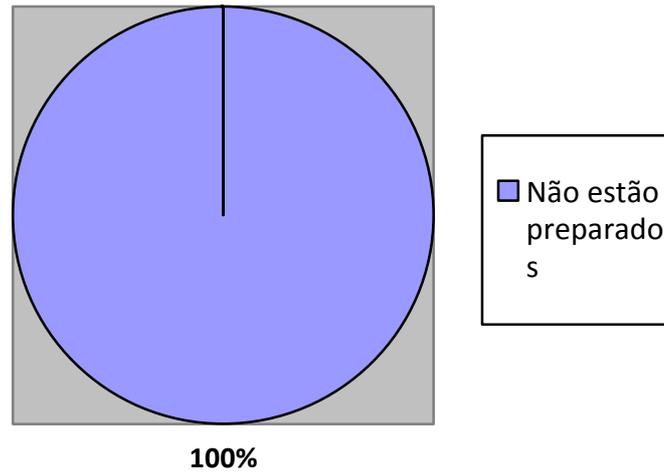
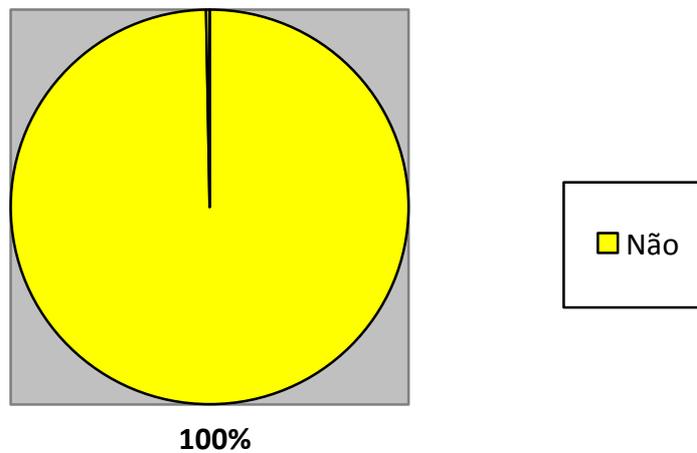


Figura 5

Você acredita que sua escola está preparada / adaptada para receber e trabalhar com alunos cadeirantes?



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre professores de Educação Física com alunos cadeirantes permitiu identificar que parte dos professores não teve em sua formação inicial disciplinas voltadas à área da Educação Física Adaptada ou referente à Inclusão e a capacitação profissional surgiu como uma forma de preencher a formação inicial insuficiente. Foi possível verificar que ainda existem também dificuldades em relação a materiais e estrutura física das escolas para receber os alunos cadeirantes, embora se trate há muito tempo sobre a inclusão, as escolas ainda sentem dificuldades para as adaptações necessárias, principalmente pela falta de recursos.

Embora a legislação brasileira nos mostre muitas possibilidades para que o processo de inclusão ocorra, há uma grande distancia entre teoria e prática. Neste sentido, foi possível também observar que outro desafio citado pelos professores é relacionado ao planejamento de suas aulas e também a necessidade de um apoiador durante suas aulas.

Outro problema que os professores citaram foi a questão do número de alunos em suas aulas, pois sentem a dificuldade em planejar a aplicar suas atividades. Perante todos estes desafios encontrados pelos professores para trabalharem com alunos incluídos, ou seja, que é necessário que os professores se preparem para essa realidade encontrada na escola que é a inclusão de PNEE e que a mesma desenvolva um processo sério de inclusão e faça as adaptações necessárias e também de suporte ao professor. As escolas precisam passar por uma reorganização no espaço físico, nos seus currículos e nas suas ações pedagógicas, para melhor atender as especificidades de seus alunos, para que isso ocorra não podemos ter o professor como único responsável pela efetivação da inclusão. Acredito que é preciso um envolvimento da comunidade, família e o apoio de políticas públicas.

É preciso superar as más condições que são oferecidas ao professor que tem em sua turma alunos PNEE, por exemplo, o grande número de alunos por turma, falta de adaptações curriculares, falta de apoiadores em suas aulas e materiais não adaptados.

Para que a inclusão realmente ocorra devemos criar estratégias para que todos os alunos aprendam juntos sendo PNEE ou não, a pesquisa aponta que todos deveram rever sua postura diante da inclusão escolar e garantir a todos o direito aprendizagem. É necessário criar possibilidades que garantam uma Educação de qualidades para todos.

Através da pesquisa foi possível perceber que o tema inclusão que para muitos é um tema já muito debatido ainda está longe de terminar, pois não se trata de um processo fácil, mas acredito que embora a caminhada seja longa e com muitos obstáculos, com apoio e dedicação sem duvida chegaremos lá, pois a inclusão é um direito de todos.

## **8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AGUIAR, J. S., DUARTE, E. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física.** Rev. Bras. Educ. Espec. [online]. V.1, n.2, p. 223-240, 2005.

AFONSO, L. A. **O deficiente motor: atividades físicas, conceito de corpo e imagem corporal** um estudo em praticantes e não praticantes de basquetebol em cadeira de rodas. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado) Departamento de Faculdade de Desporto, Universidade do Porto: 2007

ALMEIDA, Marina da S. Rodrigues, **Caminhos para uma inclusão humana.** Ed. Didática Paulista, São Paulo, fevereiro 2004.

BUSCAGLIA Leo **Os deficientes e seus pais** 5ª Ed Editora Record Rio de Janeiro 2006.

BÚRIGO, C. A. **Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física: dificuldades e possibilidades.** Criciúma, 2012.

BRASIL. **Lei 10.098/00.** Palácio do Planalto. 2000. <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 18 ago. 2008. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física: Ensino de Quinta a Oitava Séries. MEC/SEF Brasília.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – Da Ordem Social, Artigo 206 – Senado Federal.** 1988.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- DEFICIÊNCIA FÍSICA.** Brasília DF: 2006

CRUZ, Gilmar de Carvalho; SORIANO, Jeane Barcelos. **Perspectivas Docentes sobre a Formação Profissional em Educação Física para Atuação em Contextos Inclusivos.** Revista Pensar a Prática, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 116, set./dez. 2010.

CORREA JUNIOR, D. S.; PANDA, M. D. J; PERANZONI, V. C. **A Educação Física Escolar como Instrumento de Inclusão e de Construção de Aprendizagens do Ensino Fundamental.** 2012.

CARNIEL, F.; STRAPASSON, A. M. **A Educação Física na Educação Especial.** Revista Digital, Buenos Aires, v 11, n. 104, Janeiro de 2007.

CIDADE, R. E; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência.** Uberlândia, 1997.

CIDADE, R. E; FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão**: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola Integração, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada.

DECRETO- **LEI nº 3/2008** de 7 de Janeiro de 2008 Constituição da Republica (1988).

DECRETO- **LEI Nº 5.296** de 2 de dezembro de 2004:Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providência.

EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 11, Nº 104, Janeiro, 2007.

ESPANHA. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca. Espanha**, 1994.p.73

FALKENBACH, P.A., CHAVES, E.F., NUNES, P.D., NASCIMENTO, F.V. **A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na Educação Infantil**. Movimento, Porto Alegre, v.13, nº 2, 2007.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEI de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394/94 de 1996.

LOPES, Iva Marques. **Aspectos Genéticos da Obesidade**. <http://www.scielo.br/scielo.php?>

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva: Indagações e ações nas áreas da educação e da saúde** – São Paulo: Avercamp, 2010.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MITTLER P. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. 1ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ONU/UNESCO/DPD. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. . São Paulo, USP, 2003. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos.

OMS - Organização Mundial da Saúde <https://www.google.com.br/search?q=OMS++Organização+Mundial+da+Saúde&ie=>

RABELO, Annete Scotti. **Adaptação Curricular na Inclusão**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC. Ano 9, nº 21, 1999.

REV. bras. **educ. espec.** vol.16 nº 3 Marília Sept./Dec. 2010

REV. da **Educação Física**/UEM Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 1. sem. 2003

RODRIGUES, David. **A Educação Física Perante a Educação Inclusiva**: reflexões conceituais e metodológicas. Rev. da Educação Física/ UEM Maringá, v. 14, nº 1, p. 67 – 73. 2003.

SANT'ANA, M.I. **Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, nº 2, 2005.

SANTOS, M. P. **A inclusão escolar de alunos cadeirantes: uma questão de acessibilidade**. Brasília, 2011. 10 p.

SIEMS MER. **Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 194p.

SAMPAIO, Cristiane T. e SAMPAIO, Maria R. **O professor mediando para a vida**. Salvador. EDUFBA, 2009.

VALA, J. & MONTEIRO, M. B. (1997). **Psicologia Social** (3ªEd.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VENTURINI, O.R.G., RODRIGUES, M.B., MATOS, G.D., ZANELA, L.A., JÚNIOR, P.L.R., PAULA, R.R.G., CUNHA, S.A., FILHO, M.L.M. **A importância da inclusão nas aulas de Educação Física escolar**. Revista Digital, Buenos Aires, ano 15, nº 147, 2010.

VEIGA, Márcia Moreira. **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil**. Paidéia, Jan./Jul. 2008, ano V, n.4, p.169-193.

WINDYZ B. Ferreira, **Adapta**, A revista profissional da Sobama. 2005. Ano I.

## **9. APÊNDICE**

### **9.1 Questionário**

- 1) Você acredita que a inclusão de alunos cadeirantes é possível nas aulas de educação física na escola?
  
  - 2) Como é seu planejamento das aulas de educação física com alunos cadeirantes?
  
  - 3) Você percebe alguma(s) dificuldade(s) ou desafio(s) no ensino da educação física com alunos cadeirantes? Qual (is)?
  
  - 4) Você acredita que os professores de educação física estão preparados para trabalhar com alunos NEE?
  
  - 5) Você acredita que sua escola está preparada / adaptada para receber e trabalhar com alunos cadeirantes?
- .